



FAMILIARE INSTITUTO SISTÊMICO

“Não é a mamãe”: um enfoque sistêmico acerca das funções parentais de educadores em Abrigo Institucional de acolhimento para adolescentes

Trabalho apresentado ao Familiare Instituto Sistêmico como requisito parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Terapia Relacional Sistêmica.

**Luiza Spiller Fernandes
Orientadora: Profa Dra. Maria Aparecida Crepaldi**

**Florianópolis/Santa Catarina
Setembro/2018**

Sumário

RESUMO	3
1. INTRODUÇÃO.....	3
1.1 A família de acordo com a Teoria sistêmica	3
1.2. Funções parentais	5
1.3. O adolescente e a família.....	6
1.4. O Abrigamento de crianças e adolescentes	7
1.5. O desenvolvimento de adolescentes em Abrigos Institucionais.....	8
2. OBJETIVO GERAL.....	12
2.1. Objetivos Específicos	12
3. JUSTIFICATIVA	12
4. MÉTODO.....	12
4.1. Instrumento.....	13
4.2. Procedimento de coleta e análise de dados.....	13
5. PARTICIPANTES	13
6. CONTEXTO DE PESQUISA	14
7. ASPECTOS ÉTICOS	15
8. RESULTADOS	15
8.1. Descrição das categorias.....	15
8.2. Categoria 1 – Família	19
8.3. Categoria 2 – Funções parentais.....	19
8.4. Categoria 3 – Diferenças entre crescer em Abrigo e em família.....	20
8.5. Categoria 4 – Valores	21
8.6. Categoria 5 – Função de Monitor e cuidador (educador do abrigo).....	22
8.7. Categoria 6 – Abrigo	23
9. DISCUSSÃO.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	30
Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	32
Apêndice 2 - Roteiro de entrevista	33

“Não é a mamãe”: um enfoque sistêmico acerca das funções parentais de educadores em Abrigo Institucional de acolhimento para adolescentes

RESUMO

É vasto o número de crianças e adolescentes em situação de abrigamento no Brasil. Considerando a necessidade da qualificação do cuidado substitutivo desses jovens, foi realizada uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório e descritivo cujo objetivo foi investigar as funções parentais de educadores em Abrigo Institucional de acolhimento para adolescentes, elucidando as estratégias que utilizam para exercê-las e se há possibilidade do Abrigo substituir adequadamente o ambiente familiar no desenvolvimento do adolescente. Foram entrevistadas quatro educadoras de um abrigo para adolescentes do sexo masculino no sul do Brasil. As educadoras acreditavam exercer algumas funções parentais, mas referiram que faltam elementos para equiparar aos cuidados parentais. Verificou-se que os cuidados da família não podem ser replicados em instituições, e que o Abrigo tem o potencial de ser tanto um propulsor quanto um dificultador do desenvolvimento de adolescentes abrigados.

Palavras-chave: Funções parentais, Adolescência, Abrigamento, Abrigo.

1. INTRODUÇÃO

O tema desta monografia partiu da experiência profissional da autora em um Abrigo municipal para adolescentes do sexo masculino, durante o período de um pouco mais de um ano. A partir de sua vivência e trocas com os outros profissionais do abrigo, foi possível desenvolver reflexões sobre a importância da existência de serviços de qualidade e que possam substituir os pais e exercer a proteção familiar. Pensou-se também sobre a importância do abrigo realizar um trabalho adequado, que possibilite e promova o desenvolvimento dos adolescentes abrigados. A autora perguntou-se sobre a possibilidade de uma instituição desta natureza suprir os cuidados familiares e procurou compreender quais as funções parentais que estão presentes nos cuidados destinados aos abrigados e quais estão ausentes.

1.1 A família de acordo com a Teoria sistêmica

A família é um sistema que se desenvolve em, e é influenciado por, um contexto que possui suas particularidades sociais e econômicas. É um dos principais contextos de

socialização, afetado pelas mudanças da sociedade e pelas pressões do mundo externo, que fazem com que a família realize mudanças para continuar exercendo sua função de assegurar o crescimento psicossocial de seus membros (Valle, 2009).

A família possui dois objetivos: transmissão e acomodação à cultura e proteção psicossocial, sendo que a principal é a de apoiar seus membros. Ela é um “sistema sócio-cultural aberto em transformação” (S. Minuchin, 1982, p.56). Seus membros desenvolvem padrões transacionais, que criam a estrutura familiar. A família deve criar sentido de pertencimento e de individualidade, mantendo sua continuidade e proporcionando o crescimento de seus membros. A família é a primeira instituição na qual todos se inserem, é a “matriz da identidade” (S. Minuchin, 1982, p.53) e é onde se adquirem habilidades relacionais, além de ser um sistema aberto em transformação, que recebe e envia *inputs* dos e para os sistemas externos.

A família, que possui sua estrutura e desenvolve seus padrões, é um tipo especial de sistema, de acordo com Patricia Minuchin (2011). Para essa autora, a família é uma “pequena sociedade humana, cujos membros têm contato direto, laços emocionais e uma história compartilhada” (p.15). Cada membro da família contribui para a formação dos padrões existentes na família, da mesma forma que a família também molda o comportamento e personalidade do indivíduo. Além dos padrões, ressaltam-se as fronteiras estabelecidas na família, dentro de cada subsistema e também da família como um todo (S. Minuchin, 1982; P. Minuchin, 2011). As fronteiras de um subsistema, de acordo com Salvador Minuchin (1982), são “as regras que definem quem participa e como” (p.58). Têm como função garantir que o sistema se diferencie ao mesmo tempo que se proteja. As fronteiras são uma das formas de avaliação do funcionamento da família, e podem se manifestar de três formas: difusa, quando há um certo grau de “fechamento” da família para sistemas externos, ocorre emaranhamento; rígidas, quando há pouca comunicação e funções protetivas entre os membros, o que causa o desligamento da família; e nítidas, quando cada membro compreende sua função dentro do sistema e há comunicação entre os membros. Para que ocorra um bom funcionamento familiar, as fronteiras necessitam ser nítidas, a fim de que cada membro do sistema compreenda suas funções. Apesar disso, não se deve julgar que o emaranhamento ou desligamento tornem o sistema funcional ou disfuncional necessariamente.

Para Osório (1996) apud Pratta e Santos (2007), a família, responsável pelo desenvolvimento biopsicossocial, o faz por meio de três elementos principais: as funções biológicas, relacionadas à sobrevivência do indivíduo, as psicológicas e as sociais. As famílias garantem afeto, suporte e criam ambiente adequado para aprendizagem e desenvolvimento. Pratta e Santos (2007), citando Romanelli (1997), afirmam que é no interior da família que se desenvolvem os primeiros relacionamentos significativos, nos quais ocorrem as trocas emocionais que funcionarão como suporte afetivo ao longo da vida do indivíduo. Para Pratta e Santos (2007), “estas trocas emocionais estabelecidas ao longo da vida são essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos e para a aquisição de condições físicas e mentais centrais para cada etapa do desenvolvimento psicológico” (p.250).

1.2. Funções parentais

Como já foi exposto, a família representa papel fundamental no desenvolvimento de seus integrantes, e funções específicas são esperadas dos cuidadores primários. Essas funções são conhecidas como funções, cuidados ou práticas parentais, que são os comportamentos que os pais têm em relação aos seus filhos, que envolvem as ações de cuidado, educação, comunicação, esforços para desenvolvimento das habilidades dos filhos, as formas de disciplinar as crianças, dentre outros (Macarini et al, 2010; Guisso et al, 2018). Ou seja, são os aspectos da interação entre pais e filhos.

Essas funções parentais podem se constituir tanto como fatores de risco como de proteção e podem ser classificadas como positivas, quando há expressão de sentimentos positivos na relação com os filhos, há consistência na aplicação de regras e envolvimento e interesse nas atividades desenvolvidas pelos filhos. Podem ser negativas também, e essas se caracterizam por agressões, ameaças e podem afetar negativamente o comportamento futuro dos filhos (Guisso et al, 2018).

Os aspectos da interação dos pais com seu filho, combinado com as práticas parentais formam o estilo parental. O estilo parental pode ser classificado em permissivo, democrático-recíproco, autoritário e rejeitador-negligente (Baumrind, 1966, apud Böing & Crepaldi, 2016). O permissivo é caracterizado por por níveis baixos de exigência combinados com bastante afeto; o democrático-recíproco, por sua vez, combina exigência com

responsividade, e os pais não estabelecem muita restrição nem são intrusivos em relação aos seus filhos; o estilo autoritário combina pouco afeto com alta exigência. Nesse estilo, se acentua a obediência dos filhos como qualidade esperada; já o rejeitador-negligente se caracteriza por indiferença dos pais em relação aos filhos (Böing & Crepaldi, 2016).

1.3. O adolescente e a família

A adolescência, período que compreende os 11 aos 19 - 20 anos, se constitui como “uma transição no desenvolvimento que envolve mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais e assume formas variadas em diferentes contextos sociais, culturais, e econômicos” (Papalia & Olds, 2013, p.386). As principais características dessa fase costumam ser a construção de identidade e autonomia, porém, também é repleto de sentimentos de insegurança e questionamentos, além de desequilíbrio, confusão e sensação de incompreensão pelos que estão ao seu redor, o que pode apresentar riscos ao bem estar físico e mental (Papalia & Olds, 2013). Essa instabilidade pode ser caracterizada como uma crise normativa do ciclo de vida (Pratta & Santos, 2007). Por isso, a adolescência costuma ser caracterizada como uma etapa que demanda cuidadores preparados para auxiliar o jovem a atravessar esse estágio. Devido às características desse período de vida, o diálogo com cuidadores de referência se torna fundamental para auxiliar o adolescente a transpor essa crise do desenvolvimento. Além de necessidades básicas e as de respeito, afeto, confiança, é quando mais se necessita de orientação e compreensão de quem convive com ele (Pratta & Santos, 2007).

A presença de adolescentes em uma família destaca-se como uma fase peculiar que inclui tarefas desenvolvimentais específicas para a mesma. Para Carter e McGoldrick (1995), é uma fase na qual a família passa por questões de abertura a novos valores e separação, devido às características da adolescência, o que pode gerar embates entre as gerações. As mudanças físicas trazidas pela puberdade são acompanhadas de mudanças emocionais, impulsionadas pelo desejo de construção de identidade e estabelecimento de autonomia. Esse impulso da formação da identidade pode ser gerador de conflitos na família, além de ser fonte de confusão para o adolescente, que pode estar sendo influenciado por todos os sistemas dos quais faz parte, como a família, escola e amigos. Para desenvolver sua autonomia, os

adolescentes precisam se responsabilizar por suas decisões ao mesmo tempo em que percebem a presença da orientação de seus pais ou responsáveis. Para essas autoras, a função atual das famílias de adolescentes é funcionar basicamente como um “sistema de apoio emocional” (p.223), e garantir proteção ao mesmo tempo em que oferece flexibilidade.

Salvador Minuchin (1982) ressalta a importância de estabelecimento de regras nas relações familiares, pois “os pais não podem proteger e guiar, sem, ao mesmo tempo, controlar e reprimir” (p.63). Por isso, a proteção ao adolescente ocorre juntamente ao controle que deve ser exercido para garantir essa proteção. As fronteiras familiares são as regras estabelecidas na família (S. Minuchin, 1982) e são importantes para garantir a diferenciação do sistema. Com isso, se criam as diferenciações de papéis e as hierarquias nas famílias.

1.4. O Abrigamento de crianças e adolescentes

Historicamente, os abrigos eram locais de filantropia e caridade, com atendimento assistencialista e vinculado a instituições religiosas (Adrião & Teixeira, 2013). Com a promulgação tanto da Constituição Federal de 1988, quanto do Estatuto da Criança e do Adolescente no ano de 1990, a perspectiva sobre a infância e adolescência mudou, e estes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direito. Com isto, foi iniciado um processo de avaliação dos serviços prestados a este público, e houve uma adequação dos padrões de atendimento, para melhor atender os interesses de crianças e adolescentes. A partir disto, avaliou-se que seria dada prioridade ao retorno familiar após a reestruturação da família de origem, e na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção.

No que tange a oferta do serviço de Abrigo institucional, enquanto antes esse servia como “depósito” de crianças e adolescentes, hoje se prevê a limitação de dois anos para o abrigamento (Lei 12.010/2009), para que as estratégias de desligamento do abrigo sejam o foco do trabalho realizado (seja por meio de retorno familiar ou por colocação em família substituta). Essa mudança de paradigma é perceptível também com o desenvolvimento de diferentes documentos orientando o trabalho em tais instituições, como as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), e com o desenvolvimento de princípios norteadores do serviço, que são: a excepcionalidade do afastamento do convívio familiar, a provisoriedade do afastamento do convívio familiar, a

preservação e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a garantia de acesso e respeito à diversidade e não-discriminação, a oferta de atendimento personalizado e individualizado, a garantia de liberdade de crença e religião, e o respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem. A partir da análise destes princípios, fica clara a mudança de paradigma do atendimento, que está focado no desenvolvimento da criança e adolescente abrigados.

O abrigo institucional é, atualmente, um

serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta (Orientações Técnicas, 2009, p.63).

Além dos abrigos institucionais, existe também a possibilidade de acolhimento familiar em serviço de família acolhedora, que consiste em

serviço que organiza o acolhimento, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para adoção. Propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança/adolescente (Orientações Técnicas, 2009, p.76).

1.5. O desenvolvimento de adolescentes em Abrigos Institucionais

Considerando as funções de proteção e desenvolvimento que a família deve oferecer para seus membros, espera-se que ela seja capaz de prover, além dos cuidados básicos, segurança e orientação. Nem todas as famílias respondem a essas demandas de cuidado da mesma maneira. Com isso, a sociedade determinou o que é considerado um ambiente

aceitável para seus membros, visando resguardar principalmente crianças e adolescentes. Estabeleceu-se, então, critérios de retirada da criança ou adolescente quando esses quesitos mínimos não são atendidos pela família (P. Minuchin, 2011). As políticas de abrigamento institucional ou familiar foram desenvolvidas, então, para resguardar o desenvolvimento dos jovens que necessitam ser retirados de suas famílias.

Todos os sistemas sociais e organizações podem ser vistos como sistemas (P. Minuchin 2011). Estes apresentam as mesmas características dos sistemas familiares, que são a presença de subsistemas, a influência que cada uma das partes integrantes do sistema exercem sobre ele, e a presença de períodos de estabilidade e mudança. O Abrigo, portanto, também pode ser analisado como um sistema. Ele também realiza constantes trocas com o meio externo, possui subsistemas e fronteiras. Além disso, tem como intenção suprir o que a família está impossibilitada de suprir no momento em que a criança ou adolescente é retirado do seio familiar, garantir direitos e fortalecer vínculos.

De acordo com Cavalcante e Jorge (2008), o cuidar em instituições é incapaz de substituir o cuidado de uma família. Os referidos autores citam como exemplo estudos de Spitz (1945), que observou bebês que recebiam cuidados de necessidades básicas de alimentação, porém não recebiam afeto, e o quanto essa privação teve efeitos negativos no desenvolvimento desses bebês. Cavalcante e Jorge (2008) afirmam que a institucionalização desde tenra idade gera reflexos negativos na saúde mental dos abrigados, e citam estudo de Abreu (2001) que prova que abrigados têm seis vezes mais chances de desenvolver transtornos psiquiátricos do que crianças que vivem com suas famílias.

De acordo com Romeiro e Melchiori (2017), o abrigo pode ser um ambiente que facilite o desenvolvimento, desde que auxilie ao adolescente e sua família o fortalecimento da rede de apoio social, e que proporcione convívio institucional saudável; para isso ocorrer, é essencial que o abrigo seja um ambiente de acolhimento e proporcione a construção de novos vínculos afetivos. Salina-Brandão (2009) afirma que o abrigo pode ser tanto um facilitador quanto um dificultador do desenvolvimento dos acolhidos, a depender de quais fatores de proteção estão presentes ou ausentes nesta instituição.

Como os adolescentes abrigados tiveram que ser retirados de suas famílias, presume-se que houve violação de direitos no próprio contexto familiar. Com isso, constrói-se uma

ideia de que as famílias de origem são “desestruturadas” ou disfuncionais; e devido a falta de políticas públicas efetivas, se tornam incapazes de prover as necessidades básicas desenvolvimentais de sua prole (Rossetti-Ferreira et al, 2012). Deve-se compreender que o conceito de família foi construído socialmente, por estudiosos de camadas sociais elevadas, principalmente homens, brancos, de origem euro-americana (Walsh, 2016). Para essa autora, esses conceitos de normalidade foram utilizados para patologizar e estigmatizar os indivíduos que a eles não se adequavam. As famílias que em algum momento do ciclo de vida familiar possuem seus filhos retirados não se enquadram nesse padrão de normalidade familiar. Em geral, são famílias que apresentam vulnerabilidade social e baixa renda. Com isso, deve-se compreender as necessidades dessas famílias e a ineficácia de políticas públicas para auxiliar o desenvolvimento delas.

Segundo Carter e McGoldrick (1995), há diferenças entre famílias pobres com adolescentes e as de classe média ou alta com adolescentes. Os adolescentes de famílias pobres tentariam dar início à sua vida profissional precocemente, com vistas à independência financeira. Devido à falta de experiência, teriam dificuldade em encontrar emprego, o que aumentaria as tensões nas famílias e pode acabar em expulsão do lar ou a escolha de sair. Isso aumenta a chance de envolvimento com crime, prostituição, drogas e alcoolismo. Considerando a situação de rua, esses adolescentes seriam o público-alvo dos abrigos.

Segundo Rossetti-Ferreira et al. (2012), enquanto a violação de direitos é o que leva uma criança ou adolescente a ser abrigado, é possível que mesmo após o abrigamento ainda ocorram algumas violações de direitos, como por exemplo, a fragilização dos vínculos afetivos. Segundo a autora, “no contexto institucional, por exemplo, o número insuficiente de educadores pouco qualificados, bem como a sobrecarga de funções, acaba por prejudicar a qualidade da relação entre eles e as crianças” (p. 396).

De acordo com Romeiro e Melchiori (2017), o abrigo pode possibilitar a construção de novos vínculos afetivos, portanto, há necessidade de profissionais que estejam aptos a desenvolverem um trabalho tanto técnico quanto afetivo para que o desenvolvimento dos adolescentes e crianças abrigados possa ser o mais favorável possível. Os educadores do abrigo são figuras de referência para os abrigados, e serviriam analogamente como pais. Quando o adolescente se encontra abrigado, portanto, é necessário que uma figura de apego

seja encontrada em profissionais do abrigo, visto que, apesar do incentivo de visita dos familiares ao adolescente institucionalizado, este não ocorreria com a frequência necessária para o desenvolvimento do apego seguro¹.

Para que os educadores possam exercer de forma mais efetiva a função familiar, é importante que as regras da instituição sejam claras, para o estabelecimento de fronteiras nítidas (S. Minuchin, 1982). Para isso, deve-se designar funções para cada pessoa que lá trabalha desenvolver clareza nos objetivos de educação e formação do Abrigo, formas similares de trabalho para os educadores.

Considerando o que já foi exposto sobre abrigos e a natureza desse serviço, que está localizado na Política Nacional de Assistência Social, na Diretoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, pode-se concluir quão necessário é a capacitação, sensibilização e supervisão constantes das pessoas que trabalhem em abrigos institucionais. Barros e Naiff (2015) e Botelho, Moraes e Leite (2015) apud Romeiro e Melchiori (2017), afirmam que essa capacitação dos educadores de abrigo tem o “objetivo de aprimorar a atuação deles para que possam contribuir de maneira mais pontual nos aspectos cognitivos, sociais e emocionais dos acolhidos” (p.192). A partir das considerações supracitadas questionou-se se um Abrigo Institucional exerce a função de pais ao substituir os cuidados da família e quais funções são exercidas.

1 De acordo com Bowlby (1984), o padrão de apego é um mecanismo básico dos seres humanos e pode se manifestar de três formas diferentes: apego seguro, apego evitativo (inseguro) e apego ambivalente ou resistente (inseguro). O padrão de apego se desenvolve a partir de fatores temperamentais e genéticos e também de acordo com os cuidados despendidos por cuidadores primários. O padrão de apego desenvolvido na primeira infância influencia o indivíduo ao longo de sua vida. O apego consiste na consciência de ter disponível para si uma figura de apego, que desenvolva um vínculo afetivo e proporcione sentimento de segurança, por meio da sensibilidade e responsividade do cuidador (Dalbem e Dell'Aglio, 2005). Avalia-se que, para um desenvolvimento saudável, é importante que o apego seja do tipo seguro.

2. OBJETIVO GERAL

Investigar as funções parentais de educadores em Abrigo Institucional de acolhimento para adolescentes.

2.1. Objetivos Específicos

- 1) identificar se os educadores de abrigo consideram que exercem funções parentais;
- 2) descrever que estratégias os educadores de abrigo utilizam para exercer as funções parentais;
- 3) averiguar se, na opinião dos educadores de abrigo, há possibilidade do Abrigo substituir adequadamente o ambiente familiar no desenvolvimento do adolescente.

3. JUSTIFICATIVA

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça, no ano de 2017 havia aproximadamente 47 mil crianças e adolescentes abrigados no Brasil - sendo que não há dados precisos de quantos se encontram na fase da adolescência. Considerando esse expressivo número, e a importância de proporcionar um bom desenvolvimento para essas crianças e adolescentes, percebe-se a relevância da investigação da qualidade do cuidado substitutivo, para que as políticas públicas instituídas possam ser avaliadas e potencialmente modificadas, visando o melhor interesse das crianças e adolescentes em situação de afastamento familiar.

4. MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório e descritivo. Piovesan e Temporini (1995), citando Theodorson e Theodorson (1970) afirmam que o objetivo inicial de um estudo exploratório é familiarizar-se com um fenômeno e que possibilite mais compreensão deste fenômeno em futuros estudos. Permite a definição do problema de pesquisa e a formulação de hipóteses. Esses autores afirmam também que podem ser usadas diversas técnicas para se realizar o estudo, que normalmente se serve de pequena amostragem. Além

disso, é qualitativa, o que permite a interpretação de realidades sociais, e descritiva, pois a partir da análise dessas realidades, se busca a classificação e interpretação do objeto de estudo, em relação a outros fenômenos (Lançoni-Junior, 2015).

4.1. Instrumento

O instrumento utilizado foi um roteiro de entrevista, elaborado pela autora, para investigar as questões que haviam suscitado a partir de sua experiência trabalhando neste abrigo. Estas perguntas foram elaboradas para investigar de que forma as educadoras percebiam sua função, e quais eram suas visões sobre alguns conceitos importantes para quem trabalha em abrigo. O roteiro constitui-se por 17 perguntas abertas, que compreenderam itens tais como - o que é família para você?; você acha que é possível substituir os pais?; na sua opinião, você exerce alguma função parental no seu trabalho?; você acredita que há diferenças no desenvolvimento de uma criança/adolescente que tenha crescido em um Abrigo de uma que tenha crescido em uma família? Se sim, quais?. O roteiro completo se encontra como Apêndice 2.

4.2. Procedimento de coleta e análise de dados

A autora realizou entrevistas individuais com as participantes, em local reservado no próprio Abrigo em que desenvolviam o seu trabalho. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Os dados foram analisados por meio de análise categorial temática, conforme Lançoni-Junior (2015). A unidade de análise foi constituída por trechos do discurso dos participantes que agrupados constituíram as categorias de análise, bem como as subcategorias e seus respectivos elementos.

5. PARTICIPANTES

O estudo contou com a participação de quatro servidoras públicas, sendo três pertencentes ao cargo de monitor e uma ao cargo de cuidadora. Todas trabalhavam em regime de plantão 12x36 no período diurno, das 7h às 19h. Foram escolhidas por trabalharem no referido período e, portanto, tinham mais contato com os adolescentes acolhidos. Dentre estas,

três eram mães, duas possuíam um filho, e uma dois filhos. Embora o cargo exigisse formação em ensino médio, duas delas possuíam nível superior, e duas estavam cursando graduação. As formações eram em Nutrição, Pedagogia e Serviço Social. Tinham idades entre 27 e 44, duas eram casadas, e duas solteiras. Três delas estavam trabalhando no abrigo há mais de três anos, e uma delas, há um ano e meio. Foram denominadas “educadora 1”, “educadora 2”, “educadora 3” e “educadora 4”, para manter o sigilo.

6. CONTEXTO DE PESQUISA

O abrigo em que a pesquisa foi realizada é uma Instituição municipal, situada no Sul do Brasil, que abriga somente adolescentes do sexo masculino, de 12 a 18 anos incompletos. Os adolescentes são na sua maioria praticantes de atos infracionais, apesar desse fato não possuir correlação com o motivo de seus abrigamentos. Diversos adolescentes que passaram por este abrigo já foram internados no CASE (Centro de atendimento socioeducativo) devido a atos infracionais graves, e a maioria dos que passaram por este abrigo eram envolvidos com o tráfico de entorpecentes e, principalmente, com o uso de drogas lícitas e ilícitas.

Os cargos de educadores são divididos em “monitor”, servidor que possui o nível médio de formação, e “cuidador”, que, de acordo com o edital do concurso para essa vaga, é necessária formação em alguma área da saúde. A maioria das pessoas que trabalhavam neste abrigo eram mulheres, tendo poucas exceções em cargos de motorista, agente de serviços gerais, um monitor do sexo masculino e um coordenador. A grande maioria das pessoas que trabalhavam no local eram servidores públicos, concursados, com exceção dos cargos de serviços gerais e cozinheira.

Este abrigo, desde sua abertura, apresentava alta rotatividade de trabalhadores, nas funções de equipe técnica (psicólogo e assistente social) e coordenação. Além disso, passou por um momento em que teve suas atividades temporariamente encerradas, devido à impossibilidade de trabalho, causada pela insegurança e risco ocasionados pelo tráfico de entorpecentes que ocorre muito próximo ao Abrigo, e do qual muitos adolescentes abrigados participam. Os adolescentes da casa por muitas vezes eram aliciados pelo tráfico devido à sua menoridade, e a maioria já se encontrava envolvida com o tráfico antes de ser acolhido. Este abrigo já foi responsável pelo acolhimento de todas as faixas etárias e ambos os gêneros,

porém isto foi modificado e por ocasião da pesquisa acolhia somente adolescentes do sexo masculino.

7. ASPECTOS ÉTICOS

Foi solicitada autorização da realização das entrevistas para a Diretoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do município em que está localizado o abrigo. Seguindo as orientações da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi lido e assinado por cada participante da pesquisa (Apêndice 1). As dúvidas das participantes foram esclarecidas e foi frisado que a participação era voluntária, sendo que as participantes estavam cientes de que poderiam revogar sua participação da pesquisa em qualquer momento. No termo de consentimento livre e esclarecido constava, além das informações já referidas, a natureza da pesquisa, os objetivos e a afirmação de que a pesquisa não apresentaria risco aos participantes. Como versa o Código de Ética do Profissional Psicólogo, do ano de 2005 em seu artigo 16, foi garantido o caráter voluntário da participação da pesquisa, mediante assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido, o qual garantia o anonimato dos participantes. Além disto, foi acordado que, caso as participantes desejassem ter acesso à leitura do trabalho, esse seria disponibilizado depois de sua consecução.

8. RESULTADOS

8.1. Descrição das categorias

Com base na análise do conteúdo que emergiu das entrevistas, foram elaboradas seis categorias. Cada categoria foi definida de acordo com o agrupamento dos elementos temáticos oriundos da entrevista. Essas seis categorias foram subdivididas em 18 subcategorias, totalizando 112 elementos temáticos diferentes, conforme tabela abaixo:

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	ELEMENTO DE ANÁLISE
1. Família	1.1 Conceito	1.1.1 Amor 1.1.2 Atenção 1.1.3 Porto seguro 1.1.4 Laços sanguíneos 1.1.5 Laços afetivos 1.1.6 Fortalecimento 1.1.7 Proteção 1.1.8 Base de tudo 1.1.9 Modelos
	1.2 Função	1.2.1 Dar amor 1.2.2 Segurança 1.2.3 Guiar 1.2.4 Referências 1.2.5 Valores 1.2.6 Cuidado 1.2.7 Encorajamento 1.2.8 Amparo 1.2.9 Orientação
	1.3 Possibilidade do abrigo ocupar o espaço da família	1.3.1 Insubstituível 1.3.2 Aconselhar 1.3.3 Carinho 1.3.4 Depende da família e da instituição 1.3.5 Auxilia mas não substitui
2. Funções parentais	2.1 Função parental	2.1.1 Amor 2.1.2 Educação 2.1.3 Limites 2.1.4 Caráter 2.1.5 Princípios 2.1.6 Segurança 2.1.7 Proteção 2.1.8 Garantir direitos 2.1.9 Guiar 2.1.10 Construir junto 2.1.11 Apego 2.1.12 Disciplina 2.1.13 Auxílio 2.1.14 Fazer o possível

	2.2 Substituição	2.2.1 Em parte 2.2.2 Possível, com ressalvas 2.2.3 Acho que não 2.2.4 Amor igual
	2.3 Como exercer função parental no abrigo	2.3.1 Aconselhar 2.3.2 Função de evolução 2.3.3 Construção de ideias e valores 2.3.4 Não 2.3.5 Muito
	2.4 Quem exerce função parental no Abrigo	2.4.1 Não é função 2.4.2 Todos 2.4.3 Cria confusão 2.4.4 Não é exigência 2.4.5 Impossível não exercer
3. Diferenças entre crescer em Abrigo e em família	3.1 Desenvolvimento	3.1.1 Abrigo falta amor 3.1.2 Educação 3.1.3 Disciplina 3.1.4 Higiene 3.1.5 Noção de tudo 3.1.6 Correto x Incorreto 3.1.7 Depende 3.1.8 Falta de vínculo 3.1.9 Nortear 3.1.10 Rotatividade de funcionários 3.1.11 Egoísmo 3.1.12 Sozinhos
	3.2 Relações e rotinas	3.2.1 Lidar com profissionais 3.2.2 Carinho diferente 3.2.3 Regras da instituição 3.2.4 Hierarquia 3.2.5 Família tem preocupação com futuro 3.2.6 Família tem contato constante
4. Valores	4.1 Estudo	4.1.1 Futuro bom 4.1.2 Ambição 4.1.3 Realizações 4.1.4 Fortalecimento

	4.2 Caráter	4.2.1 Não roubar
	4.3 Higiene	4.3.1 Limpeza 4.3.2 Saúde
	4.4 Amor	4.4.1 Proteção 4.4.2 Cuidar de si 4.4.3 Respeito
5. Função de Monitor e cuidador (educador do abrigo)	5.1 Educação dos adolescentes	5.1.1 Conversar 5.1.2 Aconselhar 5.1.3 Processo cotidiano de trabalho 5.1.4 Imposição 5.1.5 Atitudes 5.1.6 Ser a visão do correto 5.1.7 Escutar 5.1.8 Sentir 5.1.9 Prestar atenção
	5.2 Função no lugar dos pais	5.2.1 Carinho 5.2.2 Atenção 5.2.3 Cobrança 5.2.4 Disciplina 5.2.5 Transmissão de valores 5.2.6 Afeto 5.2.7 Acompanhamento 5.2.8 Zelo
	5.3 Limite afetivo x profissional	5.3.1 Cuidar para não misturar 5.3.2 Difícil 5.3.3 Implicações sérias 5.3.4 Prejudicial 5.3.5 Discernir o que é trabalho 5.3.6 Confusão 5.3.7 Não é prejudicial
6. Abrigo	6.1 Alternativa melhor do que abrigo	6.1.1 Adoção 6.1.2 Bom abrigo 6.1.3 Outras famílias 6.1.4 Parente distante 6.1.5 Abrigos conveniados

	6.2 O que o abrigo faz melhor que a família	6.2.1 Depende da situação anterior 6.2.2 Estrutura física 6.2.3 Orientação 6.2.4 Bem tratado
--	---	---

8.2. Categoria 1 – Família

A categoria denominada Família, composta pelas subcategorias “conceito”, “função” e “possibilidade do abrigo ocupar o espaço da família” aborda o que família significa para cada uma das entrevistadas, além do que acreditam ser a função da família e se acreditam que o abrigo consegue, de alguma forma, substituir a família. As profissionais entrevistadas conceituaram família como garantidora de amor, atenção, proteção, modelo, fortalecimento, como possibilidade de ser composta por laços sanguíneos ou afetivos, além de ser vista como um porto seguro e base de tudo. Segue vinheta da fala da Educadora 1 sobre o conceito de família:

Eu acho que o que tu é e o que tu vai ser muito depende da tua família, então a pessoa que a gente se torna, a personalidade conta muito do que vem, do que tu recebeu da tua família. Eu acho que isso é o principal, e claro, com a família acho que tu vai ter tudo que acho que um ser humano precisa e gostaria, que é amor, é atenção, é tu ter um porto seguro

Acreditam que a função da família é garantir segurança, amparo, transmitir valores, funcionar como referência, servir como guia, orientação, proporcionar cuidado e encorajamento, além de dar amor. Afirmam ser difícil substituir a família, que o abrigo pode auxiliar, porém, não substituir, por meio de conselhos e carinho. Foi dito que a família é insubstituível, mas que dependendo da família e das situações em que o adolescente se encontrava previamente, e também do serviço prestado no abrigo, de alguma forma seria possível substituir essas famílias.

8.3. Categoria 2 – Funções parentais

A categoria denominada “Funções parentais” aborda a visão das entrevistadas quanto

ao conceito de função parental, a possibilidade de se substituir os pais, de que forma se exerce a função dos pais no abrigo e se algum trabalhador do abrigo exerce esta função. É composta por 4 subcategorias, que são: “Função Parental”, “Substituição”, “Como exercer função parental no abrigo” e “Quem exerce função parental no Abrigo”.

As entrevistadas relataram que a função parental é dar amor, educação, que engloba dar limites, disciplina, proporcionar segurança e proteção, proporcionar apego, fazer o possível para os filhos, desenvolver o caráter e princípios, construindo esses conceitos junto com os filhos, além de garantir direitos, guiar, auxiliar, conforme esta fala da Educadora 4:

Eu entendo como dar o caminho pra vida, tu guiar. Foi o que tive dos meus pais, deram um rumo a seguir, uma direção, o correto.

Sobre a possibilidade de substituição da função parental, as opiniões divergem. Algumas participantes referiram que em parte é possível a substituição dos pais, dizendo que é possível dar um amor igual ao deles. Por outro lado, há a opinião de que não seria possível substituí-los, como mostra a vinheta a seguir:

Eu acho que não, depois que tu já conheceu, a não ser que tu nunca viu teus pais, mas se você já teve contato acho que é bem complicado (Educadora 3).

Sobre exercer a função parental no abrigo, foi dito que é possível aconselhar, construir ideias e valores, ajudar os adolescentes a evoluir. Não é consenso que as educadoras exerçam a função parental no abrigo, e para metade delas, não é função dos trabalhadores exercer esta função parental. No entanto, foi dito que apesar de não ser função dos trabalhadores, devido a natureza do serviço é impossível não exercê-la; também se defendeu a ideia de que criaria confusão para os acolhidos caso os trabalhadores exercessem essa função.

8.4. Categoria 3 – Diferenças entre crescer em Abrigo e em família

A categoria denominada “Diferenças entre crescer em abrigo e em família” é composta por duas subcategorias, “Desenvolvimento” e “Relações e rotinas”, que abordam as

diferenças desenvolvimentais e as de rotinas e relações entre família e abrigo. Sobre as diferenças de desenvolvimento entre crescer em família e crescer em abrigo, as educadoras afirmaram que no abrigo falta o amor que a família pode proporcionar, que a educação e disciplina são feitas de forma diferente, que falta a possibilidade de transmitir a ideia do que é correto e incorreto, que falta vínculo, a possibilidade de nortear, que a rotatividade de profissionais é muito prejudicial, e que pessoas que crescem em abrigos desenvolvem um egoísmo, visto que precisam se virar sozinhas.

Sobre as rotinas, relataram que no Abrigo se lida com profissionais, portanto, o carinho recebido é diferente. Afirmaram que em família há preocupação com o futuro dos filhos e que se está em contato constante com os familiares, diferente do abrigo, pois há mudança de cuidador de referência a cada troca de plantão. Quando há mudança de turno, o adolescente não tem contato com o educador que estava em plantão anteriormente. A hierarquia da instituição foi apontada como diferente de um ambiente familiar, além da forma diferente segundo a qual são tratados, conforme vinheta que segue, de acordo com a Educadora 3:

Acho que sim. Acho que esse apego, que tu tens com pai e mãe, e eles são tratados diferentes. Tipo, não é meu filho, aí as pessoas tratam meio que de lado né, não tem aquele vínculo, é diferente. Acho que é aquele lado frio que eles têm, que parece que eles não têm compaixão, que a gente numa família tem. Parece, não sei se é isso mesmo.

8.5. Categoria 4 – Valores

A categoria denominada “Valores” é composta por quatro subcategorias, que são: “Estudo”, “Caráter”, “Higiene” e “Amor”, e aborda o que as entrevistadas acreditam ser valores importantes a serem transmitidos aos adolescentes abrigados. Na subcategoria “estudo”, foi dito que este valor seria uma forma de garantir um bom futuro para os adolescentes, garantindo suas realizações, fortalecimento e desenvolvimento de ambição. Quanto ao “caráter”, foi dito que assim eles aprenderiam a não roubar. No quesito “higiene”, avaliou-se a importância de manterem o asseio e a limpeza para terem boa saúde, e que a

subcategoria “amor” seria um meio de desenvolver proteção, cuidado e respeito, tanto consigo quanto com os outros. Segue vinheta a respeito dos valores para a Educadora 4:

Respeito, sinceridade, honestidade, amor ao próximo. Acho que o maior ainda é o respeito, porque pode ter um, mas pode ter dez, então aprender a não invadir o espaço do outro.

8.6. Categoria 5 – Função de Monitor e cuidador (educador do abrigo)

A categoria denominada “Função de monitor e cuidador (educador do abrigo)” aborda o trabalho das entrevistadas, mostrando de que forma este é realizado, além das estratégias que utilizam para separar o lado emocional do profissional. É composta por três subcategorias: “Educação dos adolescentes”, “Função no lugar dos pais” e “Limite afetivo x profissional”. Na subcategoria “Educação dos adolescentes”, foi dito que é necessário conversar, aconselhar, que isto ocorre no cotidiano de trabalho, em momentos específicos de educação e em momentos aleatórios, como assistindo televisão, em passeios na rua. Foi dito que a fala dos monitores tem poder, importância, que devem ser a visão do correto e mostram isso por meio de suas atitudes. Foi dito que a educação ocorre de forma imposta, que não é discutido com os adolescentes.

Sobre as funções que os monitores podem exercer no lugar dos pais, referiu-se que é possível dar carinho, atenção, afeto; transmitir valores, cobrar, implementar disciplina, acompanhar a vida do adolescente, e fazer isso com zelo. Sobre o limite entre envolvimento emocional e profissional, foi dito que é importante cuidar para não misturar ambos os seguimentos, que é algo difícil e que muito envolvimento emocional pode gerar implicações sérias e ser prejudicial, tanto para o adolescente, quanto para o profissional. Demonstraram ambivalência ao avaliar este aspecto, pois ao mesmo tempo em que referiram a importância de discernir o que é o trabalho, do envolvimento pessoal, que segundo eles não podem ser confundidos, defenderam que o envolvimento afetivo não é prejudicial para o trabalhador. Sobre os limites afetivos, a educadora 2 disse:

Eu acho que deve haver limites por uma questão de trabalho, profissional, de ambiente

de trabalho, de função, de papel de cada um. Eu acho que por ser um serviço complexo, difícil em sua natureza, é difícil se fixar em quais são esses limites. (...). Eu acho que um dos limites é essa questão do apego, carinho muito grande, do educador para com o acolhido, porque às vezes isso tem implicações muito sérias. Mas por exemplo algumas crianças que ficam institucionalizadas, mas que criam apego e carinho muito grande por certo profissional e acabam saindo, acho que tem impacto grande por ter tido esse apego, mas é muito difícil não ter esse apego. O limite tem que existir porque as vezes ele pode ser prejudicial (...). Acho que com adolescentes tu consegues impor esse limite de respeito de um profissional, de um carinho que tu sente por ele, acho que tem que ter essa diferenciação de que é um trabalhador, que posso conversar, ter um carinho, gostar de ti, querer que tu cresça e se desenvolva, mas que tenho uma função no Abrigo (...). Deve existir limites para um funcionamento “certo”.

8.7. Categoria 6 – Abrigo

A sexta categoria, “Abrigo”, aborda a visão das educadoras sobre a possibilidade de existência de alternativa ao abrigo e se há algo que o abrigo consegue suprir melhor do que a família de origem de adolescentes abrigados. É composta por duas subcategorias: “Alternativa melhor ao abrigo” e “O que o abrigo faz melhor que a família”. Adoção foi uma das alternativas que seriam consideradas superiores ao abrigo; apontou-se também outras famílias como melhor alternativa, tanto a família extensa quanto o serviço de Família Acolhedora. Foi citado também a melhoria dos próprios abrigos como alternativa.

Quando questionadas sobre o que o abrigo consegue proporcionar de melhor quando comparado à família, foi dito que isto depende de cada família e que a estrutura física que o abrigo oferece seria melhor do que o que a família pode proporcionar. Além disso, a orientação dada no abrigo foi apontada como melhor do que a da família, visto que no abrigo, em geral, são pessoas mais instruídas do que as famílias de onde os adolescentes são retirados. Também foi referido pelas entrevistas que no abrigo não ocorrem maus tratos, diferente da família de origem da qual foram retirados, conforme exemplificado por este trecho de fala da Educadora 4:

Dependendo da família, sim. Tem família que deixa muito a desejar. Tem adolescentes que

vêm de maus tratos, porque no abrigo eles não são maltratados. Eles se maltratam entre si, com brigas entre eles, mas são bem cuidados. Mas tem família que deixa a desejar, a gente já teve exemplos aqui de familiares que queriam colocar o adolescente em tráfico de drogas, mas o adolescente queria estudar. (...)

9. DISCUSSÃO

Essa pesquisa teve por objetivos investigar as funções parentais de educadores em Abrigo Institucional de acolhimento para adolescentes, elucidando as estratégias que utilizam para exercê-las e se há possibilidade do Abrigo substituir adequadamente o ambiente familiar no desenvolvimento do adolescente. Os resultados mostraram que a crença das educadoras quanto ao conceito de família é condizente com a literatura (S. Minuchin, 1982; P. Minuchin 2011). As entrevistadas citaram a importância da transmissão de valores e a família como sendo um fator de apoio e base para seus membros, o que é afirmado por autores como Carter e McGoldrick (1995) e S. Minuchin (1982). Houve divergência quanto à opinião de que os funcionários do Abrigo exercem ou não as funções parentais, no entanto, dentre as funções que conferem aos pais, afirmaram exercer a transmissão de afeto, valores e disciplina. Romeiro e Melchiori (2017) afirmam que faz parte do educador de abrigo oferecer afeto aos abrigados. Apesar disso, referem sobre a dificuldade de se substituir efetivamente os cuidados parentais, o que é corroborado por autores como Cavalcante e Jorge (2008). A hierarquia das relações no Abrigo foi relatada como um aspecto que diferencia o Abrigo de uma família, o que difere do encontrado na literatura, que defende a importância do estabelecimento de regras para o funcionamento do sistema familiar (S. Minuchin, 1982).

As entrevistadas afirmam que não é possível substituir por completo a família e que a ausência de cuidados familiares gera graves consequências para o desenvolvimento de adolescentes abrigados. Citam como consequência a incapacidade dos adolescentes em desenvolver vínculos afetivos, a falta de limites e disciplina. A noção do impacto negativo do abrigamento é percebida nas Orientações Técnicas (2009), quando afirma que “o afastamento do convívio familiar pode ter repercussões negativas sobre o processo de desenvolvimento da criança e do adolescente, quando o atendimento prestado no serviço de acolhimento não for de qualidade e prolongar-se desnecessariamente” (p.13). Sabe-se que o abrigamento pode

afetar negativamente o desenvolvimento do adolescente, porém é importante frisar que outros fatores influenciam a vida de adolescentes abrigados. Em geral ainda convivem com suas famílias de origem, além de estarem inseridos em escolas e outras atividades, e no caso do abrigo em questão, frequentemente se envolvem com o tráfico de entorpecentes. Esses fatores citados também influenciam o desenvolvimento dos adolescentes acolhidos. Avalia-se, portanto, que o acolhimento não é um fator que influencia isoladamente o desenvolvimento dos adolescentes abrigados.

A partir das entrevistas e elementos temáticos analisados, percebe-se que, de forma indireta, as educadoras fazem menção a estilos parentais diversos. De forma geral, o estilo permissivo foi criticado e foi enfatizada a importância de estabelecimento de limites. Enfocaram a importância do afeto, presente nos estilos democrático-recíproco e permissivo. Enfatizaram as regras, presentes tanto no estilo democrático quanto no autoritário, e avaliaram como negativas as atitudes de permissividade, negligência e indiferença, que ocorrem nos estilos rejeitador-negligente e no permissivo.

As educadoras afirmam que é necessário que o abrigo seja bem equipado para substituir a família, tanto em estrutura física quanto em acesso a direitos básicos. Essa visão é ratificada pelas Orientações Técnicas (2009), nas quais se afirma que “o impacto do abandono ou do afastamento do convívio familiar pode ser minimizado se as condições de atendimento no serviço de acolhimento propiciarem experiências reparadoras à criança e ao adolescente e a retomada do convívio familiar” (p.13).

As entrevistadas afirmaram que é importante que fique claro para todos que a relação estabelecida com os adolescentes é profissional, que não deve haver envolvimento afetivo, mas que é difícil estabelecer esses limites. A literatura, porém, afirma que o educador, além de ser responsável pelos cuidados gerais do acolhido, também é responsável por dar afeto. Afirma-se que as relações são fundamentais para o desenvolvimento dos adolescentes, e que o abrigo deve possibilitar novas experiências e construção de novos vínculos afetivos (Romeiro & Melchiori, 2017). Além disso, conforme as educadoras, devem servir como referência e orientação para os acolhidos, o que é confirmado por Freiria e Caldana (2011) apud Romeiro e Melchiori (2017), que afirmam que além dos cuidados prestados aos adolescentes, os educadores também servem como orientadores e protetores deles. Apesar disso, as

entrevistadas não acreditam que servir de referência para os acolhidos seja suficiente para o seu desenvolvimento. Defendem que as relações de afeto familiares não são reproduzíveis em uma instituição, pois nesse local a relação afetiva é substituída por uma relação profissional. Evidências apontadas por Williamson e Greenberg (2010), mostram os problemas desenvolvimentais que ocorrem devido à institucionalização. Estas entidades, de acordo com esses autores, não conseguem suprir as necessidades de apego, integração social e cultural, o que também foi observado nas falas das educadoras entrevistadas.

Dentre os fatores de proteção citados por Salina-Brandão (2009), percebe-se, a partir da fala das educadoras, a ausência dos seguintes aspectos: “ausência de rotatividade dos profissionais da entidade” (p.335) e “qualidade do espaço físico” (p.335). Como já apontado anteriormente, esta é uma instituição na qual ocorre grande rotatividade de equipe técnica e coordenação. Foi citado também que ocorreu deterioração do espaço físico do abrigo, o que também foi apontado por algumas das educadoras como impeditivo do trabalho, além de ter sido apontado na entrevista como fator importante para a qualidade do abrigo, o que é corroborado por Salina-Brandão (2009).

Dentre os fatores mencionados como elementos de proteção ao desenvolvimento e que se encontram presentes no abrigo, pode-se citar a “composição multidisciplinar da equipe de profissionais dos abrigos” (Salina-Brandão, 2009, p.335), pois este é um abrigo que obedece às normas técnicas, contendo diversos profissionais de diferentes áreas; “habilidade dos funcionários de identificar a relação entre seu trabalho e dos demais funcionários da entidade” (p.335), foi apontada a importância que as educadoras dão tanto ao seu trabalho quanto ao de todos os profissionais da instituição; “plano de trabalho do abrigo compatível com os princípios do ECA” (p.335), pois utiliza-se um importante instrumento de trabalho em Abrigos, que é o Plano Político Pedagógico, baseado nas Orientações Técnicas (2009), nos demais documentos referentes a cuidados substitutivos de adolescentes e no ECA (1990). Além dos já citados, frisa-se um fator referido nas entrevistas, que é o das práticas diárias e rotinas e práticas educativas, que foram apontados como ocorrendo por meio de aconselhamento, conversas, atividades lúdicas, dentre outros.

O serviço de Famílias Acolhedoras foi citado por uma das entrevistadas como opção melhor àquela do Abrigo. Esse serviço, conforme exposto anteriormente, garante cuidado

individualizado para o acolhido, diferente de um abrigo institucional. A relação estabelecida com a família acolhedora é diferente da relação que ocorre no abrigo institucional, já que no serviço de família acolhedora as relações não são profissionais, visto que a família não recebe salário para realizar o acolhimento e a relação afetiva é encorajada, diferente do abrigo institucional, no qual se acredita que haja a necessidade de afastamento afetivo para “não criar confusão”, conforme as próprias educadoras afirmaram.

Apesar de todas as dificuldades encontradas no trabalho em abrigos, sabe-se que há necessidade da retirada de crianças e adolescentes do contexto familiar para resguardar sua segurança, seu desenvolvimento, garantindo seus direitos. Baseado nisso, questionou-se às educadoras o que o Abrigo poderia fazer melhor do que as famílias de origem. Essas mencionaram que, apesar de não ser possível garantir a mesma relação afetiva que aquela de uma família, ainda é possível proporcionar carinho e atenção para os abrigados. Foi dito que a estrutura física do abrigo pode ser melhor do que uma casa familiar, e que o fato de os trabalhadores serem pessoas instruídas auxilia o acesso dos adolescentes a melhores orientações. Além disso, foi enfatizado que, enquanto nas famílias ocorreram maus tratos e abusos, no abrigo eles são bem tratados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decurso do estudo foram levantadas as funções parentais exercidas por profissionais de abrigo e verificou-se que as educadoras exercem, de algumas maneiras, as funções parentais que foram caracterizadas ao longo do estudo, apesar de em partes ocorrer o discurso de não exercerem essas funções. A partir de suas falas, avalia-se que as estratégias utilizadas se dão principalmente por meio de diálogo e intervenções nas atividades cotidianas. Quanto à capacidade de o abrigo substituir uma família, foi enfatizado que há aspectos que a instituição consegue ser melhor que uma família, porém que a falta de afeto que ocorre na instituição é prejudicial ao desenvolvimento dos abrigados.

Pelo que foi exposto, percebe-se que o abrigo tem o potencial de ser tanto um propulsor quanto um dificultador do desenvolvimento de adolescentes abrigados. Tanto os aspectos físicos quanto os de recursos humanos são fundamentais para determinar a qualidade do cuidado ofertado. Ressalta-se que os cuidados da família não podem ser replicados em

instituições, visto que o vínculo familiar foi apontado como essencial para o desenvolvimento de afeto. É importante ressaltar a importância da existência de cuidados substitutivos de qualidade, que proporcionem o desenvolvimento de novas formas de relacionamento e novas perspectivas para adolescentes abrigados.

Dentre os limitadores da pesquisa, aponta-se que o abrigo estudado acolhe um público muito específico, o de adolescente masculino, em sua maioria envolvido com ato infracional. Ressalta-se que a realidade da maioria dos abrigos é diferente, pois não é recomendado que ocorra a separação em abrigos por especificidades, como gênero e idade. Aponta-se que esse estudo poderia ser ampliado para abrigos que recebam outros públicos, principalmente o infantil. É possível que em outras pesquisas se encontrem opiniões e vivências diversas sobre abrigo, além disso, pesquisas que analisem a visão dos abrigados também são fundamentais para avaliar a qualidade dos cuidados substitutivos, vistos que os acolhidos são os atores principais desta instituição.

É fundamental que o trabalho dos educadores do Abrigo seja qualificado para que estes sejam capazes de proporcionar cuidados substitutivos efetivos. A partir disto, é possível perceber a importância de supervisão institucional periódica para que as diversas questões que o trabalho suscita sejam discutidas na instituição, para que o trabalho seja mais qualificado e para que os educadores sejam escutados em suas dúvidas, angústias e vivências em geral. Além de espaços instituídos de supervisão, a abertura de diálogo, em momentos menos institucionais também é uma ferramenta importante.

Sugere-se a construção de políticas de abrigamento específicas para adolescentes, que contemplem as especificidades deste grupo, visto quão sensível é esta fase da vida. As políticas existentes tencionam contemplar as idades de 0 a 18 anos, o que pode ser um período muito extenso do ciclo de vida do que considerar especificidades de cada faixa etária dentro deste grande espectro etário. Pontua-se que há somente legislação específica para a primeira infância. A peculiaridade da período da adolescência, entretanto, torna premente o desenvolvimento de olhar atento para esse período do ciclo de vida.

Além disso, verificou-se que existem diversos estudos sobre os efeitos do abrigamento durante a primeira infância, e poucos que focalizam suas consequências em períodos posteriores do desenvolvimento. Recomenda-se a realização de pesquisas que enfoquem os

efeitos do abrigamento tardio.

Por fim, indica-se o desenvolvimento de estudos que comparem o desenvolvimento de crianças e adolescentes abrigados em instituições com crianças abrigadas em serviços de famílias acolhedoras. Com este estudo, poderia ser avaliado o quanto que uma família que não seja a de origem da criança ou adolescente consegue suprir os cuidados parentais de uma família de origem e averiguar se há diferenças entre crescer em instituição e em uma família.

REFERÊNCIAS

- Adrião, M. do C. S. & Teixeira, M. A. C. (2013). *Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: os desafios e o trabalho com a rede de proteção social*. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração Pública de São Paulo. Recuperado de: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11183/Artigo_MPGPP_FINAL.pdf?sequence=1
- Böing, E. & Crepaldi, M. A. (2016). *Relação pais e filhos: compreendendo o interjogo das relações parentais e coparentais*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 59, p. 17-33. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/er/n59/1984-0411-er-59-00017.pdf>
- Bowlby, J. (1984a). Apego. São Paulo: Martins Fontes
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009) *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília. DF. Recuperado de: http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf
- Carter, B., & McGoldrick, M. (2008). *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- Cavalcante, C. M. & Jorge, M. S. B. (2008). *Mãe é a que cria: o significado de uma maternidade substituta*. Estudos de Psicologia (Campinas), 25(2), 265-275. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n2/a11v25n2.pdf>
- Conselho Nacional de Saúde (2012). *Resolução nº 466/2012 - Dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos*. Brasil: Ministério da Saúde, Brasília, DF.
- Dalbem, J. X, & Dell'Aglio, D. D. (2005). Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 12-24. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672005000100003&lng=pt&tlng=pt.
- Guisso, L., Vieira, M. L. & Crepaldi, M. A. (2018). Programa de treinamento parental act: impacto nas práticas parentais educativas, envolvimento parental e comportamento de crianças de dois a oito anos de idade. Projeto de Tese, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Lançoni-Junior, A. C. (2015). *Comunicação entre equipe de saúde e familiares de crianças com queimaduras: proposta de construção de cartilhas informativas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990*. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069Compilado.htm
- Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009*. (2009). Dispõe sobre a Nova Lei da Adoção. Brasília, DF. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-

2010/2009/lei/112010.htm

- Macarini, S. M., Martins, G. D. I. F., Minetto, M. de F. J., & Vieira, M. L. (2010). Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(1), 119-134. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000100013&lng=pt&tlng=pt.
- Minuchin, S. *Famílias: Funcionamento e Tratamento*. (1982). Porto Alegre: Ed. Artes Médicas.
- Papalia, D. & Olds, S. (2013). *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre: Artmed
- Piovesan, A. & Temporini, E. R. (1995). *Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública*. Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n4/10>
- Psicologia, XIII Plenário do Conselho Federal de. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília.
- Pratta, E. M. M. & Santos, M. A. dos S. (2007). *Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros*. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.12, n.2, p.247-256. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n2/v12n2a05.pdf>
- Romeiro, Joyce Borges, & Melchiori, Lígia Ebner. (2017). *Os vínculos afetivos de adolescentes em acolhimento institucional: permanências, expansão e rupturas*. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 37(93), 186-205. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v37n93/v37n93a03.pdf>
- Rossetti-Ferreira, M. C. Almeida, I. G. C., Amaral, N. R. do. Guimarães, L. de A., Mariano, F. N., Teixeira, S. C. de P. & Serrano, S. A. (2012). *Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 390-399. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v25n2/a21v25n2.pdf>
- Salina-Brandão, A. & Williams, L. C. de A. (2009). *O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade*. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p. 334-352. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v22n3/v22n3a03.pdf>
- Valle, T. G. M., org. (2009). *Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções*. São Paulo: Cultura Acadêmica. Recuperado de: <http://books.scielo.org/id/krj5p/pdf/valle-9788598605999.pdf>
- Walsh, F. (2016). *Processos normativos da família: diversidade e complexidade*. Porto Alegre: Artmed.
- Williamson, J. & Greenberg, A. (2010). *Families, not orphanages*. Recuperado de: https://bettercarenetwork.org/sites/default/files/Families%20Not%20Orphanages_0.pdf

Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é Luiza Spiller Fernandes e estou desenvolvendo a pesquisa cujo tema é “funções parentais presentes e ausentes no cuidado de adolescentes abrigados”, orientada pela Profa. Maria Aparecida Crepaldi, com o objetivo de investigar a visão que os monitores e cuidadores do abrigo possuem sobre a capacidade do abrigo em suprir os cuidados familiares. Este estudo é importante, pois possibilitará a análise da capacidade do abrigo institucional de ofertar aos adolescentes abrigados a proteção integral prevista em política nacional de assistência social, o que pode trazer esclarecimento sobre o serviço ofertado, aprimorar a prestação de serviços desta espécie e proporcionar conhecimento sobre o desenvolvimento psicológico de adolescentes abrigados. Pedimos a gentileza de responder a essa entrevista, o que não trará nenhum risco para você. Se você tiver alguma dúvida em relação ao estudo ou não quiser fazer parte do mesmo, poderá falar conosco pessoalmente, pelo e-mail luizafernandespsicologa@gmail.com ou pelo telefone (48) 99908-8325. Se você estiver de acordo em participar, garantimos que as informações fornecidas (ou material coletado) serão confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos.

Pesquisadoras: Prof^ª. Dra. Maria Aparecida Crepaldi e Aluna Luiza Spiller Fernandes.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui esclarecido sobre a pesquisa “funções parentais presentes e ausentes no cuidado de adolescentes abrigados” e concordo que meus dados sejam utilizados na realização da mesma.

Florianópolis, ____ de _____ de 2018.

Assinatura: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

CPF: _____ RG: _____

Apêndice 2 - Roteiro de entrevista

ROTEIRO DE PERGUNTAS:

Estou fazendo uma pesquisa sobre como é a educação e desenvolvimento de adolescentes em abrigos e seria muito importante ter a sua opinião sobre este tema, considerando a sua experiência com os adolescentes que estão abrigados aqui.

I. Dados de identificação:

Iniciais: _____ Idade: _____ Escolaridade: _____

Estado civil: _____ Tem filhos? Quantos e idade: _____

Função que exerce no Abrigo e há quanto tempo: _____

1. O que é família para você?
2. Qual é a função de uma família?
3. O que você entende como “proteção”?
4. O que você entende por “função parental” (função dos pais)?
5. Você acha que é possível substituir os pais?
6. Na sua opinião, você exerce alguma função parental no seu trabalho?
7. Na sua opinião, é possível um Abrigo ocupar o espaço antes exercido pela família de origem do adolescente?
8. Você acredita que há diferenças no desenvolvimento de uma criança/adolescente que tenha crescido em um Abrigo de uma que tenha crescido em uma família? Se sim, quais?
9. Que diferenças você observa entre as relações e rotinas de uma família de origem para o Abrigo?
10. Quais valores devem ser transmitidos para os adolescentes abrigados?
11. De que forma deve ser feita a educação dos adolescentes abrigados?
12. Para você, é função dos funcionários do Abrigo exercer a “função parental” (a função dos pais)? Se sim, quais funcionários são responsáveis por isso?
13. Como os cuidadores e monitores (educadores) educam os adolescentes?
14. Quais funções os trabalhadores podem exercer no lugar dos pais?
15. Quais os limites entre o envolvimento afetivo com o adolescente abrigado e o envolvimento profissional?
16. Você acredita que há alternativa melhor que uma instituição (abrigo) para crianças e adolescentes que necessitam ser retirados de suas famílias?
17. Na sua opinião, o Abrigo é capaz de oferecer para os adolescentes acolhidos algo de forma melhor que a família de origem?